

Percurso de
Aprendizagem

////// Unidade 1



Psicologia Escolar, Educacional E Aprendizagem

Perspectiva Histórica e Social da
Educação no Brasil



Desenvolvimento do material

Tatiana Lima de Almeida

Copyright © 2025, Afya.

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Afya.

Perspectiva Histórica e Social da Educação no Brasil

Para Início de Conversa...	3
Pontos de Aprendizagem	4
Aprofundando os Pontos	4
Tema 1: Contextualização Histórica da Educação e da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil	4
Tema 2: Processo Histórico e Político de Constituição do Campo Educacional Brasileiro	10
Tema 3: Limites e as Potencialidades das Políticas Educacionais Brasileiras	15
Tema 4: Processo Histórico e Político de Constituição da Psicologia Escolar e Educacional como um Campo de Conhecimento e de Aplicação no Brasil	22
Teoria na Prática	27
Sala de Aula	28
Infográfico	29
Direto ao Ponto	30
Referências	31

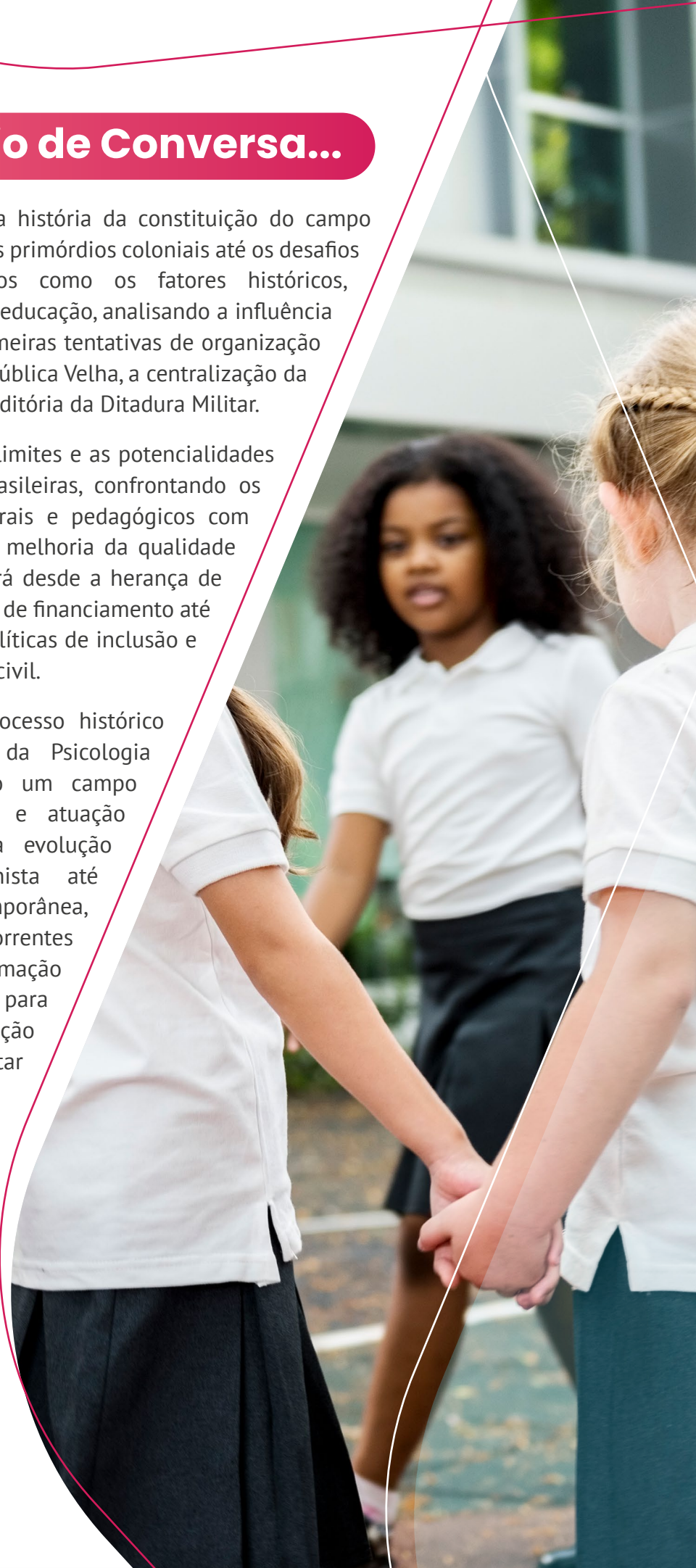


Para Início de Conversa...

Nesta unidade, abordaremos a história da constituição do campo educacional brasileiro, desde os primórdios coloniais até os desafios contemporâneos. Exploraremos como os fatores históricos, políticos e sociais moldaram a educação, analisando a influência da hegemonia jesuítica, as primeiras tentativas de organização do Império, a dualidade da República Velha, a centralização da Era Vargas e a expansão contraditória da Ditadura Militar.

Além disso, examinaremos os limites e as potencialidades das políticas educacionais Brasileiras, confrontando os entraves estruturais, conjunturais e pedagógicos com as oportunidades de inclusão, melhoria da qualidade e inovação. A análise abrangerá desde a herança de desigualdades e a insuficiência de financiamento até o papel do marco legal, das políticas de inclusão e do engajamento da sociedade civil.

Por fim, investigaremos o processo histórico e político de constituição da Psicologia Escolar e Educacional como um campo específico de conhecimento e atuação no Brasil. Rastreamos sua evolução desde a influência higienista até sua consolidação contemporânea, abordando as diferentes correntes teóricas, os desafios da formação profissional e sua contribuição para a promoção de uma educação mais inclusiva e para o bem-estar da comunidade escolar.





Pontos de Aprendizagem

Em sua leitura, observe a maneira como as forças políticas e sociais moldaram o sistema que conhecemos hoje. Atente-se ao processo histórico de constituição do campo educacional, focando em compreender as raízes de desafios persistentes e as conquistas que pavimentaram o caminho para o presente. Note especialmente para as diferentes fases desse desenvolvimento, desde a imposição de um modelo excludente na colônia até as complexas dinâmicas da redemocratização, identificando os atores, os interesses e as ideologias que influenciaram cada momento.

Direcione a sua atenção em conferir os limites e as potencialidades das políticas educacionais Brasileiras. Analise criticamente os obstáculos estruturais, como a desigualdade histórica e o subfinanciamento, bem como os desafios conjunturais e pedagógicos que impactam a qualidade e a equidade da educação. Por fim, observe a constituição da Psicologia Escolar e Educacional como um campo essencial para a compreensão e a intervenção nos processos de ensino-aprendizagem.



Aprofundando os Pontos

Nos temas a seguir, você irá aprofundar seu conhecimento com o estudo dos assuntos específicos desta unidade e, ao final, deverá atingir os seguintes objetivos de aprendizagem:

- Reconhecer a gênese e a evolução do sistema educacional brasileiro;
- Identificar os principais desafios estruturais da educação Brasileira;
- Analisar o potencial de políticas educacionais para a transformação; e
- Reconhecer a contribuição da Psicologia Escolar e Educacional.

Tema 1: Contextualização Histórica da Educação e da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil

A trajetória da educação no Brasil é um reflexo complexo das transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram a nação. Conhecer essa jornada é fundamental para analisar não apenas o desenvolvimento do sistema educacional, mas também a emergência e o papel da psicologia escolar e educacional. Desde os primórdios da colonização, a educação foi permeada por diferentes ideologias e interesses, que impactaram diretamente a sua estrutura, o seu acesso e a sua finalidade, criando um cenário de desafios e avanços contínuos.

Exploraremos como as políticas educacionais foram concebidas e implementadas ao longo do tempo, revelando tanto os seus limites intrínsecos quanto as potencialidades para a promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade. Analisaremos as forças e fraquezas que caracterizam as iniciativas governamentais e sociais no campo educacional, evidenciando as lutas por inclusão, democratização e valorização do ensino, bem como os obstáculos persistentes que ainda hoje afetam o acesso e a permanência na escola.

Paralelamente a essa análise do campo educacional, aprofundaremos no processo histórico e político de constituição da psicologia escolar e educacional como uma área de conhecimento e de atuação profissional no Brasil. Entenderemos como essa disciplina se desenvolveu, dialogando e, por vezes, tensionando com as demandas da educação, contribuindo para a compreensão dos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano e inclusão. A interseção entre educação e a psicologia escolar é fundamental para desvendar as complexidades do ambiente escolar e propor intervenções que realmente façam a diferença na vida de estudantes e comunidades.

As Primeiras Práticas Educativas no Brasil

A história da educação está necessariamente entrelaçada com a história da humanidade. Não há prática educativa sem relação com o sistema político das sociedades que as praticam. Portanto, contar a história da educação de uma sociedade, é contar um pouco da sua história social, econômica e política. Para Antunes (2008), “a escola pode ser considerada como uma instituição gerada pelas necessidades produzidas por sociedades que, por sua complexidade crescente, demandavam formação específica de seus membros”.

No Brasil, a educação começou a ser organizada formalmente com a chegada dos colonizadores portugueses no século XVI. Inicialmente, o objetivo era catequético, centrado na conversão dos indígenas ao cristianismo. Os jesuítas, a partir de 1549, assumiram a missão educativa, implantando colégios que combinavam ensino religioso e humanista. A Companhia de Jesus estruturou um sistema educativo hierarquizado, baseado em métodos europeus, como o *Ratio Studiorum*, que valorizava a repetição e a memorização.

Essa educação, embora elitista, estabeleceu as primeiras bases formais do ensino no Brasil, focada na formação das elites coloniais. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, sob a ordem do Marquês de Pombal, o ensino passou por uma crise, sendo reorganizado sob bases mais leigas e estatais, ainda que de forma precária e voltada principalmente para as classes dominantes. O século XIX trouxe mudanças significativas, especialmente após a Independência do Brasil em 1822.

O novo Estado Brasileiro precisava consolidar uma identidade nacional e via na educação um instrumento fundamental para tal. A Constituição de 1824, primeira do país, estabeleceu o ensino primário gratuito para todos, mas na prática esse direito foi limitado por falta de investimentos e políticas públicas efetivas. As elites continuaram

dominando o acesso à educação, enquanto a maioria da população, incluindo negros, indígenas e mulheres, permaneceu excluída.

No final do século XIX, com o advento da República (1889), surgiram propostas mais concretas de universalização da educação. Figuras como Rui Barbosa (1849-1923) defenderam a expansão do ensino público e laico, enquanto as ideias positivistas influenciavam a valorização da ciência e do progresso. Em 1882 surge a ideia de Escola Nova. Por Escola Nova se entende um movimento de transformação do ensino, com início na Europa, expandindo para a América e para o Brasil.

Embasada nas ideias de John Dewey, a Escola Nova apresentou o pressuposto de que a educação é a única maneira eficaz de construção de uma sociedade democrática. Nesta perspectiva, a educação deverá considerar o cidadão atuante, respeitando a diversidade e a individualidade de cada um. Rui Barbosa, dentre outros educadores, foram influenciados pelas ideias de John Dewey. Este afirmava que a educação é uma necessidade social.

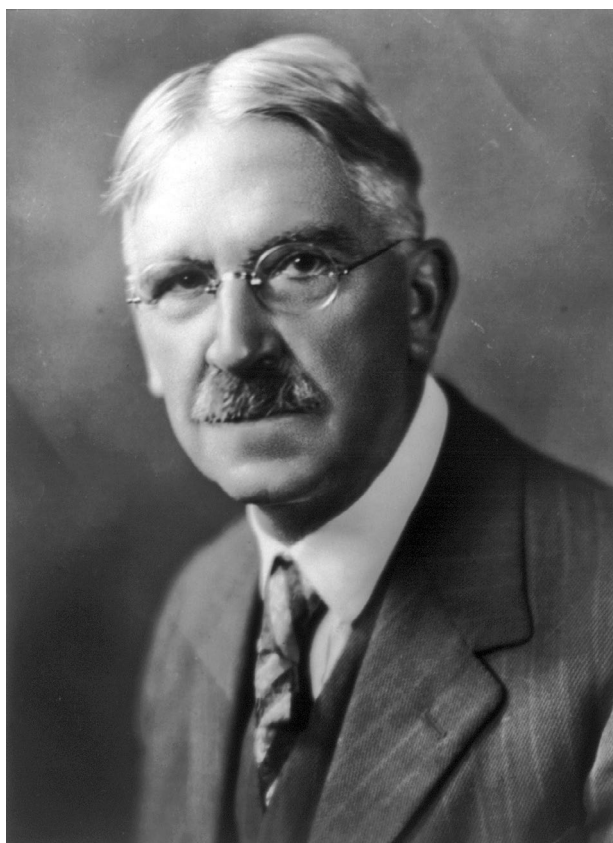


Figura 1: John Dewey. Fonte: Wikimedia Commons.

Neste período, a psicologia articulada à educação versava sobre aspectos institucionais. A Reforma Benjamin Constant em 1890, transformou a disciplina filosofia em psicologia e lógica, que, mais tarde se tornaria na disciplina pedagogia e psicologia para o ensino normal (Antunes, 2008). Historiadores retratam que a educação no período colonial já se preocupava com estudos sobre aprendizagem, desenvolvimento, função da família, motivação, papel dos jogos, controle e manipulação do comportamento, formação da personalidade, educação dos indígenas e da mulher.

Estes achados revelam estudos que mais tarde se tornaram campo de ação da psicologia (Massimi, 1986 *apud* Antunes, 2008). Enquanto a educação se consolidava lentamente, a Psicologia começava a ser introduzida no país. No final do século XIX e início do XX, a Psicologia era vista como uma disciplina da Filosofia e da Medicina, focada no estudo da mente humana de maneira teórica e experimental. Os primeiros laboratórios de Psicologia Experimental foram criados em instituições como a Escola Normal de São Paulo (1890) e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1897).

Nessa fase, predominava uma visão positivista, científica e biologizante do comportamento humano, muito influenciada por correntes europeias, como o evolucionismo de Darwin e o associacionismo psicológico. A partir da década de 1930, a psicologia passa a ter uma estreita relação estabelecida com a educação. São criados os “Serviços de Orientação Infantil nas Diretorias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo e da Clínica do Instituto Sedes Sapientiae, com a finalidade de atender crianças com dificuldades escolares, e pela Orientação Profissional, dentre outras ações educacionais, no campo do trabalho” (Antunes, 2008).

Psicologia Escolar e Educacional: Origem e Consolidação

A partir das primeiras décadas do século XX, a Psicologia começou a se aproximar do campo educacional, buscando aplicar seus conhecimentos para solucionar problemas escolares, como dificuldades de aprendizagem e indisciplina. A introdução dos testes psicológicos, especialmente os de inteligência (inspirados em Binet e Simon), teve grande impacto. Esses instrumentos foram utilizados para classificar alunos, orientar escolhas profissionais e justificar práticas de seleção escolar.

Os “gabinetes de Psicologia” surgiram em algumas escolas, especialmente naquelas destinadas às elites urbanas, voltados para diagnosticar problemas de aprendizagem e promover uma educação mais eficaz. Nas décadas de 1920 e 1930, o movimento da Educação Nova ganhou força no Brasil, impulsionado por pensadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Inspirados por ideias progressistas de John Dewey e outros, os educadores defendiam uma escola centrada na criança, ativa, democrática e científica.



Figura 2: Anísio Teixeira. Fonte: Wikimedia Commons.

A Psicologia, especialmente a Psicologia do Desenvolvimento, como a de Jean Piaget, foi incorporada como base para a construção de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos alunos. Avaliações psicológicas e práticas de orientação educacional passaram a ser vistas como fundamentais para o sucesso escolar. No entanto, essa integração também trouxe limites: muitas vezes, a Psicologia Escolar serviu para reforçar práticas excludentes, atribuindo ao aluno, e não ao sistema escolar, a responsabilidade por fracassos educacionais.

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial trouxe novas influências teóricas e metodológicas para a Psicologia Brasileira. Correntes como o Behaviorismo, a Psicanálise e, posteriormente, a Psicologia Humanista passaram a influenciar práticas educativas. Na educação, houve uma crescente preocupação com a democratização do ensino, mas também com a eficiência e a produtividade escolar, o que levou à intensificação do uso de testes e avaliações psicológicas em larga escala.

Foi nesse período que a Psicologia Educacional se consolidou como uma área reconhecida, embora ainda muito atrelada a perspectivas normativas, de ajuste e adaptação do indivíduo às exigências escolares. Durante o regime militar (1964-1985), a educação Brasileira foi marcada pela centralização, tecnocratização e pelo controle ideológico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 enfatizou o ensino técnico e a preparação para o trabalho, reduzindo o espaço para uma formação crítica e cidadã.

A LDB de 1971 reformulou a educação básica. Foi criado o ensino primário com o ginásio somando 8 anos obrigatórios e não mais 10. O ensino passa a ser obrigatório a partir dos 7 anos de idade com a entrada na 1ª série do ensino fundamental (Aranha, 2006). A Psicologia Escolar nesse período sofreu grande influência da Psicologia Cognitivo-

Comportamental e das práticas de orientação vocacional e profissional. O papel do psicólogo escolar foi muitas vezes limitado à aplicação de testes e à manutenção da ordem dentro das escolas.



Importante

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi criada em 1961, com uma nova versão em 1971. Em 1996 foi promulgada a nova versão sob número de Lei nº 9.394/1996. O documento atual estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil, regulamentando o sistema educacional público e privado, desde a educação infantil até o ensino superior. Ela define os princípios que regem a educação, as responsabilidades de cada ente federativo (União, estados e municípios) e as modalidades de ensino.

Contudo, surgiram também resistências importantes: psicólogos e educadores críticos começaram a questionar o papel da Psicologia como instrumento de controle social, propondo uma prática mais voltada para a transformação das condições escolares e sociais. Com a redemocratização na década de 1980, houve um forte movimento de crítica à Psicologia tradicional. A Psicologia Escolar e Educacional passou a ser repensada em bases mais críticas, influenciada por teorias sociointeracionistas (como a de Vygotsky) e pelas demandas de uma sociedade mais democrática e plural.

O surgimento do movimento da Psicologia Escolar Crítica, na década de 1990, foi um marco. Defendia-se que o psicólogo escolar deveria atuar não apenas no diagnóstico individual, mas também na análise e transformação das práticas institucionais e pedagógicas, buscando eliminar as desigualdades e promover a inclusão. A Constituição de 1988 e a nova LDB de 1996 reforçaram o direito à educação para todos, impulsionando políticas de inclusão, educação especial e diversidade, contextos nos quais a atuação da Psicologia Escolar se tornou ainda mais necessária e complexa.

Atualmente, a Psicologia Escolar e Educacional no Brasil é uma área em constante expansão e redefinição. A atuação dos psicólogos é regulamentada e orientada por entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), que tem buscado valorizar práticas éticas, inclusivas e comprometidas com os direitos humanos. As demandas contemporâneas incluem: apoio à inclusão de alunos com deficiência, enfrentamento do *bullying* e da violência escolar, promoção da saúde mental na escola, acompanhamento de processos de aprendizagem em contextos de vulnerabilidade social, contribuição para a formação continuada de professores e atuação na construção de projetos pedagógicos democráticos e inclusivos.

Neste tema, vimos o desenvolvimento das práticas educacionais e a evolução da Psicologia Escolar no Brasil, destacando suas raízes históricas, políticas e sociais. Observamos como as primeiras abordagens educacionais no Brasil, que tinham um caráter catequético e elitista, foram moldadas pela realidade colonial e pela influência dos jesuítas. A educação formal, embora restrita às elites, estabeleceu as bases para a

estrutura educacional do país, que, ao longo dos séculos, foi se transformando conforme os contextos político e social.

No século XIX, a Independência e a chegada da República proporcionaram novas possibilidades de universalização do ensino, embora, na prática, ainda houvesse uma grande exclusão social. As primeiras incursões da Psicologia no campo educacional, inicialmente voltadas para a avaliação e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, ampliaram a visão da educação para além do ensino de conteúdo. Ao longo do século XX, a Psicologia Escolar foi se consolidando como uma área essencial para a compreensão e intervenção no processo educativo, com contribuições significativas de teóricos como Piaget, Vygotsky e outros pensadores da educação.

O movimento da Educação Nova e o crescente uso de práticas psicológicas na orientação educacional e no tratamento das dificuldades escolares contribuíram para uma mudança importante no paradigma educacional brasileiro, passando de um modelo excludente e punitivo para um modelo mais inclusivo e centrado no aluno. A redemocratização e as novas políticas educacionais nas décadas seguintes reforçaram a importância de uma Psicologia Escolar crítica e voltada para a transformação social.

Tema 2: Processo Histórico e Político de Constituição do Campo Educacional Brasileiro

A constituição do campo educacional brasileiro é um processo intrinsecamente ligado à própria formação histórica e política do país. Distante de ser um desenvolvimento linear e homogêneo, a educação no Brasil tem sido estruturada por diferentes forças sociais, econômicas e ideológicas ao longo dos séculos. Desde o período de colonização até a contemporaneidade, a forma como a educação foi concebida, organizada e ofertada à população reflete as prioridades, as disputas de poder e os projetos de nação que se sucederam.

Reconhecer essa trajetória, marcada por avanços e retrocessos, é fundamental para analisar os desafios presentes e vislumbrar caminhos para um futuro educacional mais justo e equitativo. Desta maneira, a abordagem a seguir se propõe a explorar esse processo histórico e político, dividindo-o em momentos cruciais para assim facilitar a análise e culminar em uma reflexão sobre o legado e as perspectivas para o educacional brasileiro.

Educação no Brasil

A partir do século XVI, a gênese da educação no Brasil colonial foi pela forte influência da Companhia de Jesus. Os jesuítas, imbuídos da missão de catequizar os povos indígenas e consolidar a fé católica, estabeleceram um sistema educacional que se tornou hegemônico por mais de dois séculos. Seu modelo, centrado no *Ratio Studiorum* priorizava a formação religiosa e intelectual de uma elite restrita, negligenciando

as necessidades da vasta maioria da população, incluindo indígenas e africanos escravizados. Com a expulsão dos jesuítas em 1759 visando uma tentativa de laicização e modernização, criou um vácuo educacional significativo, expondo a fragilidade de uma estrutura que não havia sido pensada para a totalidade da sociedade.

! Importante

O *Ratio Studiorum* previa a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares. Estabelece diretrizes para: o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos, métodos de ensino e de aprendizagem, condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos, os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e das atividades escolares, a frequência e seriedade dos exercícios religiosos, a hierarquia organizacional; as subordinações (Negrão, 2000).

No século XVIII, as influências do Iluminismo marcavam a época dando voz à razão humana, desvinculada da religião. Na política, as ideias liberais se opunham ao absolutismo. Na educação, a tendência laica e liberal indicava o ensino como encargo do Estado. Neste período surge a ideia da obrigatoriedade do ensino elementar, do nacionalismo em detrimento da doutrina jesuíta, a ênfase das línguas vernáculas, primazia da orientação prática, com direcionamento para as ciências, técnicas e os ofícios (Aranha, 2006).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo suíço, criticava o absolutismo elaborando a doutrina liberal. “Para Rousseau, o indivíduo em estado de natureza é bom, mas se corrompe na sociedade que destrói a sua liberdade” (Aranha, 2006). Rousseau propôs a centralização dos interesses pedagógicos nos alunos, não mais nos professores. Contudo, no Brasil, a primeira metade do século XVIII foi marcada pela interferência da administração do Marques de Pombal em Portugal.

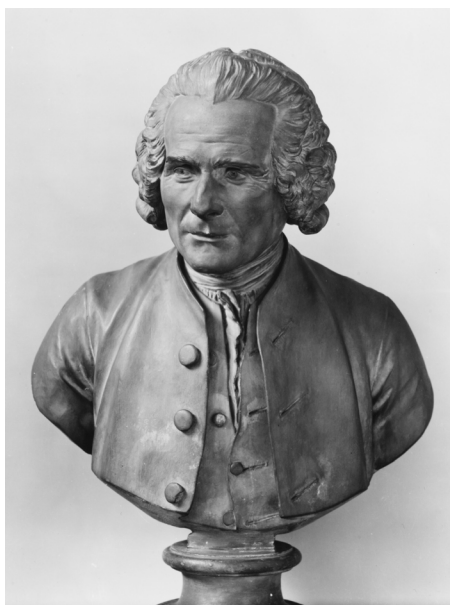


Figura 3: Jean-Jacques Rousseau. Fonte: Wikimedia Commons.

Marques de Pombal foi responsável por reformas educacionais que repercutiram no Brasil, e a igreja não estaria mais à frente da educação, pois o ensino passou a ter o foco nos interesses do Estado e exercido por ele dentro de um modelo enciclopédico, autoritário e com regras disciplinares rígidas. As reformas pombalinas propiciaram uma queda no nível do ensino, tanto em Portugal, como no Brasil. Na segunda metade do século XVIII surgiram as Aulas Régias, ainda em um modelo expositivo, com objetivos literários. Os métodos de ensino não mudaram muito.

Os professores das escolas eram, em geral, os mesmo que lecionavam nas escolas jesuítas. Ainda no final do século XVIII, o programa do bispo Azeredo Coutinho abriu espaço para o ensino das mulheres. Estas deveriam aprenderem a ler, escrever e contar apenas. Os demais ensinamentos se destinariam às atividades de coser e bordar. Um dos espaços de educação feminino do século XVIII é o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, em Pernambuco, fundado pelo bispo ilustrado Azeredo Coutinho. Instituição voltada para o ensino, contendo um plano de estudos, redigido pelo próprio bispo, em 1798.

Outras instituições se dedicavam ao recolhimento de órfãos, em especial as irmandades da Misericórdia, como os da Bahia e do Rio de Janeiro que, na condição de casas para meninas órfãs, assumiram o papel de locais de educação, a fim de prepará-las para o casamento. A instrução feminina tinha como objetivo central formar as meninas para serem boas mães e esposas. Com a independência em 1822, o Brasil ensaiou os primeiros passos na construção de um sistema educacional nacional.

A Constituição de 1824 já acenava para a educação primária gratuita, mas a realidade era obstaculizada pela falta de recursos, pela descentralização administrativa e pela persistência da escravidão. O Ato Adicional de 1834 descentralizou a responsabilidade pela educação, acentuando as disparidades regionais. No entanto, apesar de iniciativas pontuais na criação de instituições de ensino superior e de escolar normais, o século XIX manteve um quadro de acesso limitado e de baixa qualidade para a maioria da população, refletindo a estrutura social hierarquizada e os interesses das elites agrárias.

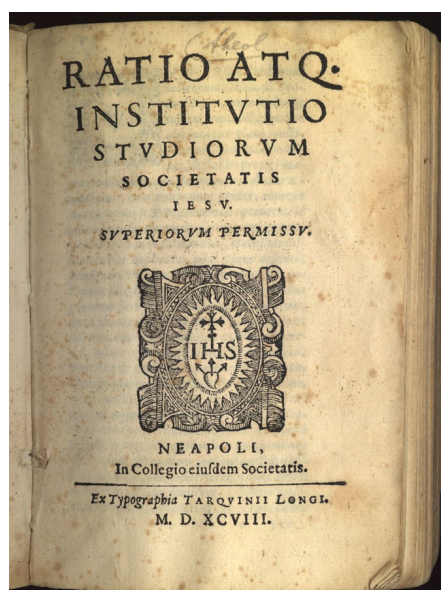


Figura 4: Exemplar de *Ratiu Studiorum*. Fonte: Wikimedia Commons.

A Proclamação da República em 1889 não significou uma ruptura imediata no campo educacional. Em 1891, com a Constituição, manteve-se a descentralização, aprofundando as desigualdades entre os estados, desta forma, a educação primária seguiu negligenciada, com altas de analfabetismo, enquanto, por outro lado, o ensino secundário e superior atendia a uma pequena parcela privilegiada. Embora debates pedagógicos inovadores começassem a surgir, influenciados por correntes estrangeiras, eles esbarravam na inércia de um sistema que reproduzia as desigualdades sociais e econômica da época.

A revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas promoveram uma centralização administrativa e buscaram uniformizar o sistema de ensino, com o objetivo de fortalecer a identidade nacional e formar mão de obra para a industrialização. A criação de ministérios específicos e a promulgação de leis orgânicas representaram avanços na organização do sistema. Contudo, esse período também foi marcado pelo autoritarismo, pela restrição da liberdade de pensamento e pela utilização da educação como ferramenta de propagando do regime.

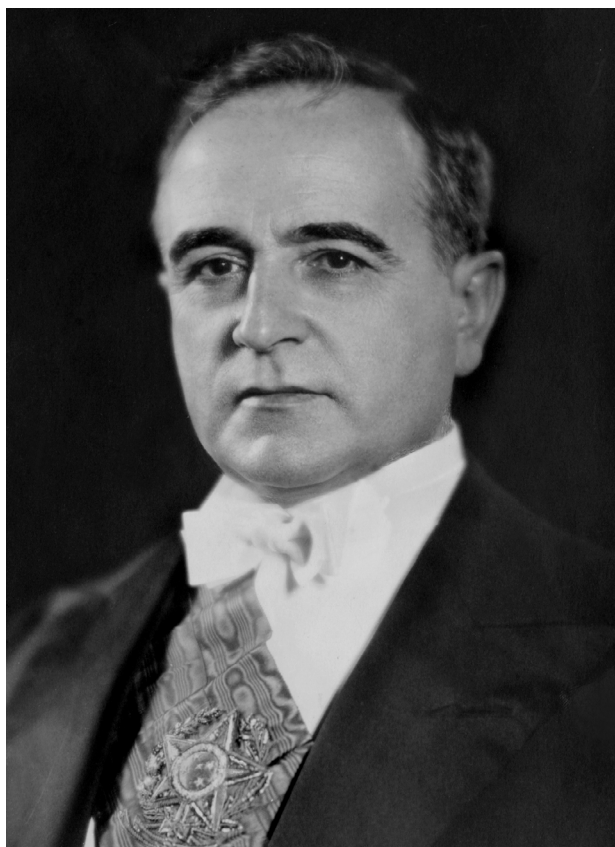


Figura 5: Getúlio Vargas. Fonte: Wikimedia Commons.

A redemocratização de 1946 reacendeu as esperanças de uma educação mais inclusiva e de qualidade. A Constituição de 1946 reafirmou o direito à educação e impulsionou debates e iniciativas como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Movimento de Cultura Popular (MCP), os quais buscavam levar a educação para camadas mais marginalizadas da população. No entanto, esse período de efervescência democrática foi abruptamente interrompido pelo golpe militar de 1964.

A ditadura militar promoveu uma expansão do sistema educacional, especialmente no ensino superior, mas essa estava atrelada a um modelo tecnicista e desenvolvimentista, priorizando a formação da mão de obra em detrimento de uma formação crítica e humanística. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 centralizou ainda mais o sistema e reforçou o controle estatal, restringindo a participação da sociedade civil e a autonomia das instituições de ensino.

A redemocratização tornou-se cada vez mais necessária e em 1985 abriu caminho para a construção de um novo modelo educacional, culminando na promulgação da Constituição de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Esses marcos legais ampliaram o direito à educação, universalizaram o ensino fundamental e valorizaram a diversidade e a autonomia. Nas últimas décadas, houve avanços significativos no acesso à educação, mas persistem desafios cruciais relacionados à qualidade, à equidade, à valorização dos profissionais e ao financiamento adequado.

Neste tema, discutimos os desafios estruturais, pedagógicos e de gestão que marcam as políticas educacionais Brasileiras, bem como as potencialidades que emergem desses contextos. Observamos como a herança histórica de desigualdades sociais e regionais, somada a insuficiência de financiamento, continua a impactar a qualidade e a equidade do sistema educacional. A falta de recursos adequados, a gestão ineficiente e a instabilidade política dificultam a implementação de políticas educacionais consistentes e de longo prazo, além de comprometerem o desenvolvimento de uma educação realmente inclusiva e transformadora. A politização excessiva também tem sido um obstáculo significativo para o avanço das soluções baseadas em evidências pedagógicas.

Contudo, também destacamos as potencialidades que surgem dentro desse cenário. A ampliação do acesso à educação básica e superior, o avanço das políticas de inclusão e equidade, e o crescente engajamento da sociedade civil são elementos promissores para o fortalecimento do sistema educacional. A inovação pedagógica, através do uso de tecnologias e metodologias ativas, e a valorização da gestão democrática nas escolas, se apresentam como estratégias eficazes para melhorar a qualidade do ensino e garantir que ele seja mais alinhado às necessidades contemporâneas dos estudantes.

Além disso, o fortalecimento da formação e valorização dos profissionais da educação é crucial para garantir que as melhorias na qualidade de ensino sejam sustentáveis e eficazes. Assim, embora o Brasil enfrente grandes desafios educacionais, as políticas de inclusão, a gestão democrática e o investimento na formação continuada dos educadores representam caminhos fundamentais para superar as limitações históricas e alcançar uma educação mais justa e equitativa para todos.

Tema 3: Limites e as Potencialidades das Políticas Educacionais Brasileiras

Ao longo de sua história e em sua configuração contemporânea, as políticas educacionais Brasileiras representam um campo complexo e multifacetado, permeado por avanços significativos, desafios persistentes e um leque de potencialidades a serem exploradas. A busca por um sistema educacional que atenda às demandas de uma sociedade diversa e em constante transformação esbarra em limites estruturais, conjunturais e ideológicos, ao mesmo tempo em que vislumbra oportunidades de inovação, inclusão e aprimoramento de qualidade.

Compreender a intrincada relação entre os entraves e as possibilidades inerentes às políticas educacionais é crucial para a formulação de estratégias eficazes que visem um futuro no qual a educação seja mais justa e equitativa. Essa compreensão exige uma análise crítica dos fatores históricos, sociais, econômicos e políticos que moldam as diretrizes educacionais, bem como o reconhecimento das desigualdades regionais, raciais, de gênero e de classe que impactam o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes nos diferentes níveis de ensino.

Limites Estruturais e Históricos: A Herança de Desigualdades e a Insuficiência de Financiamento

Um dos limites mais significativos das políticas educacionais Brasileiras reside em sua herança histórica de desigualdades sociais e regionais, os quais se manifestam na persistência de um acesso diferenciado à educação de qualidade. A concentração de renda, as disparidades regionais e as desigualdades étnico-raciais se refletem em trajetórias educacionais distintas, com grupos historicamente marginalizados enfrentando maiores dificuldades de acesso, permanência e sucesso escolar.

Neste contexto, é importante lembrar de Paulo Freire (1921-1997), pedagogo reconhecido nacional e internacionalmente por sua obra. Em 1970, Paulo Freire escreveu o livro *Pedagogia do Oprimido* abordando as diferenças socioeconômicas e de classe nas sociedades. Sendo a sociedade dividida em classes, os privilégios de alguns se colocam como obstáculos para que o restante usufrua dos bens produzidos, sendo um desses bens a educação.



Figura 6: Paulo Freire. Fonte: Wikimedia Commons.

A educação se dividiria, desta forma, em uma educação para a prática da dominação e outra para a realização das tarefas práticas, separando dominantes e oprimidos (Aranha, 2006). Embora a Constituição Federal de 1988 e legislações subsequentes tenham estabelecido percentuais mínimos de investimentos, a questão do financiamento da educação no Brasil tem sido um entrave histórico, com insuficiência de recursos, a má administração e a alocação inadequada comprometendo a efetividade das políticas educacionais.



Curiosidade

Está no artigo 211 da Constituição Federal de 1988 que a União organizará o sistema federal de ensino e financiará as instituições de ensino públicas, federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), os municípios devem ofertar prioritariamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Já aos estados cabem à responsabilidade de oferta do Ensino Fundamental e Médio. O governo federal deve organizar o sistema federal de ensino, pela oferta de Ensino Superior e pela redistribuição e complementação de recursos para combater desigualdades de oportunidades educacionais.

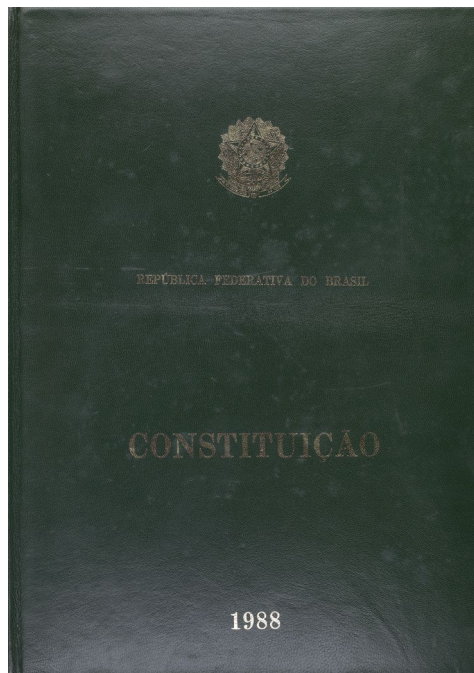


Figura 7: Constituição Federal. Fonte: Wikimedia Commons.

O financiamento da educação pública é baseado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) instituído como um instrumento permanente pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 2020. Seu objetivo é ampliar os recursos da educação básica e valorizar os profissionais da educação. Seus recursos provêm dos impostos e alíquotas recolhidos pelo governo federal.

Além do FUNDEB, o Ministério da Educação (MEC) conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968 pela lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, é responsável pela execução das ações e programas que o MEC necessita. De acordo com pesquisa realizada por Castro (2024) entre os anos de 2015 e 2020, o financiamento da educação Brasileira caracterizou um decréscimo dos gastos absolutos reais e do gasto por matrícula pública, e ficou estagnada a prioridade macroeconômica aos gastos com educação.

Neste período, não houve priorização por parte do governo federal à política educacional. Os resultados revelam que o acesso aumentou, contudo, as vagas em creches e em ensino superior público foram prejudicadas. Em 2024 com a publicação do documento de referência da Conferência Nacional de Educação (Conae), ocorre o reconhecimento da necessidade de se ampliar os recursos educacionais para superar o atraso histórico e promover o salto educacional no país.

A falta de infraestrutura adequada, a carência de materiais didáticos de qualidade, a baixa remuneração e a formação precária dos profissionais da educação são consequências diretas do subfinanciamento crônico. A instabilidade política e econômica do país impõe limites significativos à consolidação de políticas educacionais de longo prazo. Mudanças de governo frequentemente acarretam a descontinuidade de programas e projetos bem-sucedidos, comprometendo os avanços alcançados e gerando insegurança no sistema educacional.

A falta de um pacto político duradouro em torno da educação, que transcenda as diferentes gestões, dificulta a implementação de políticas consistentes e de impacto estrutural. A politização excessiva das questões educacionais também representa um limite pois, diferentes visões ideológicas e partidárias muitas vezes se sobrepõem a evidências pedagógicas, dificultando o consenso em torno de soluções eficazes e a implementação de políticas baseadas em critérios técnicos e pedagógicos sólidos.

Limites Pedagógicos e de Gestão: Desafios na Qualidade, na Formação de Professores e na Gestão Escolar

A melhoria da qualidade da educação básica e superior é um desafio central das políticas educacionais Brasileiras. Os baixos indicadores de aprendizagem, evidenciados por avaliações nacionais e internacionais, revelam a necessidade de aprimorar não somente as práticas pedagógicas, mas também o currículo e a formação dos professores. A desvalorização da carreira docente, a falta de investimento em formação continuada de qualidade e as condições de trabalho precárias contribuem para a manutenção de um ensino que, em muitos casos, não atende às necessidades dos estudantes do século XXI.

A gestão escolar também se apresenta como um limite. A falta de autonomia pedagógica e administrativa das escolas, bem como a burocratização excessiva e a fragilidade dos mecanismos de participação da comunidade escolar dificultam a implementação de projetos inovadores e a adaptação das práticas às realidades sociais. Para Moacir Gadotti (1941), educador e escritor brasileiro, “não existe uma autonomia absoluta, ela será sempre relativa e determinada historicamente” (2003).

Sendo a autonomia um fator pedagógico administrativo, não há como separá-la do processo histórico e político ao qual está inserida. Para Gadotti (2003) a autonomia poderá se manifestar em cinco diferentes formas: a autonomia filosófica eu, envolve valores que norteiam os fins e objetivos; a autonomia política que se posiciona à política educacional; a autonomia administrativa na execução das diretrizes filosóficas e políticas; a autonomia pedagógica que envolve o currículo escolar; e a autonomia didática que permite a escolha dos processos de ensino-aprendizagem.

A gestão democrática, prevista na legislação, ainda enfrenta obstáculos para se concretizar plenamente em muitas instituições de ensino. Contudo, é de fundamental importância na promoção de práticas inovadoras e no fortalecimento de uma formação docente sólida e contextualizada. O professor é um importante agente de mudanças sociais e educacionais, neste contexto, precisa de uma formação permanente que permitam uma prática inovadora no cenário atual tão desafiador.

Apesar dos limites existentes, as políticas educacionais Brasileiras também carregam consigo importantes potencialidades. A expansão do acesso à educação básica e superior nas últimas décadas, impulsionada por políticas de inclusão e pela criação

de novas instituições, representa um avanço significativo. A universalização do ensino fundamental e a ampliação do acesso ao ensino médio e à educação superior, embora ainda enfrentem desafios de equidade e qualidade, demonstram o potencial de políticas públicas direcionadas para a democratização da educação. O Campo da inovação pedagógica também oferece um vasto leque de potencialidades.



Figura 8: CIEP Brizolão. Fonte: Wikimedia Commons.

O século XXI requer um aprimoramento docente continuado trazendo à tona a discussão sobre a inovação pedagógica. A democratização e a ampliação do acesso ao Ensino Superior, por meio de políticas de afirmação, levaram professores a reinventarem suas práticas, buscando se adaptar ao novo perfil de estudantes. Em 2020, com o isolamento social em razão da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, surge no Brasil uma realidade até então não descrita em livros e pesquisas, a dificuldades de acesso às tecnologias de ensino à distância das camadas mais pobres da população.

Nem mesmo a criatividade docente foi capaz de abarcar todas as dificuldades de acesso desses estudantes. O cenário econômico e político tem o seu papel fundamentado nas práticas e estratégias educacionais de cada tempo. A incorporação de novas tecnologias, a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, a valorização da interdisciplinaridade e a personalização do ensino podem contribuir para tornar a educação mais engajadora, relevante e eficaz. Iniciativas de formação continuada de professores que priorizem a reflexão sobre a prática, a troca de experiências e a incorporação de novas abordagens pedagógicas, são cruciais para impulsionar essa inovação.

O crescente engajamento da sociedade civil nas questões educacionais representa outra importante potencialidade. A participação de pais, alunos, organizações não governamentais e outros atores sociais no debate e na formulação de políticas educacionais pode fortalecer a legitimidade dessas políticas, garantir o maior controle social e impulsionar a busca por soluções mais adequadas às necessidades das comunidades. A sociedade civil pode participar de políticas públicas educacionais de diversas formas, contribuindo para a elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dessas políticas.

Alguns mecanismos de participação da sociedade civil são fóruns e conselhos de educação, audiências públicas, organizações e associações, consultas públicas, parcerias e convênios, movimentos sociais e ainda participação em ciência e pesquisa a respeito dos temas educacionais. Em especial, os Conselhos de Educação destinam-se a deliberações relacionadas à educação envolvendo representantes do governo, da comunidade escolar e da sociedade civil em geral. Os conselhos devem funcionar em âmbito federal, estadual e municipal. O Conselho Nacional de Saúde atua na normatização, deliberação e assessoramento ao Ministro da Educação.

Os Conselhos Estaduais de educação devem supervisionar e avaliar as políticas e diretrizes educacionais na esfera estadual. São reguladores do funcionamento das instituições de ensino que vão da Educação Infantil ao Ensino Superior. Os conselhos municipais de saúde elaboram regras para os municípios de acordo com as legislações federais e estaduais, autorizam ou não o funcionamento de escolas públicas do município e da rede privada de ensino; respondem aos questionamentos do poder público e da sociedade civil, além de fiscalizar e acompanhar a execução das políticas públicas do município.



Importante

O arcabouço legal brasileiro, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, estabelece princípios importantes para a área, como o direito à educação para todos, a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e o respeito à diversidade. Embora a efetivação desses princípios ainda enfrente desafios, o marco legal em si representa uma potencialidade para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

As políticas de inclusão e equidade, como as ações afirmativas no ensino superior, os programas de atendimento educacional especializados para alunos com deficiência e as iniciativas voltadas para a educação de grupos historicamente marginalizados, demonstram o potencial de políticas públicas direcionadas para a redução das desigualdades e a garantia do direito à educação para todos, independentemente de sua origem social, étnico-racial, de gênero ou de suas necessidades educacionais específicas. O aprimoramento e a expansão dessas políticas são fundamentais para avançar na construção de um sistema educacional mais equitativo.

A efetivação da gestão democrática nas escolas, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas, representa uma importante potencialidade para a melhoria da qualidade da educação e para o fortalecimento do senso de pertencimento e responsabilidade de todos os envolvidos. A autonomia das escolas, aliada a mecanismos transparentes de participação e controle social, pode impulsionar a inovação e a adaptação das práticas às realidades locais.

A valorização dos profissionais da educação, por meio de melhores salários, condições de trabalho adequadas, programas de formação inicial e continuada de qualidade e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento do país, é outra potencialidade crucial. Investir nos educadores e nos demais profissionais da educação é fundamental para atrair e reter talentos, elevar a qualidade do ensino e garantir um ambiente de trabalho estimulante e propício ao desenvolvimento profissional.

Neste tema, discutimos os desafios estruturais, pedagógicos e de gestão que marcam as políticas educacionais Brasileiras, bem como as potencialidades que emergem desses contextos. Observamos como a herança histórica de desigualdades sociais e regionais, somada à insuficiência de financiamento, continua a impactar a qualidade e a equidade do sistema educacional. A falta de recursos adequados, a gestão ineficiente e a instabilidade política dificultam a implementação de políticas educacionais consistentes e de longo prazo.

A politização excessiva também tem sido um obstáculo significativo para o avanço das soluções baseadas em evidências pedagógicas. Contudo, também destacamos as potencialidades que surgem dentro desse cenário. A ampliação do acesso à educação básica e superior, o avanço das políticas de inclusão e equidade, e o crescente engajamento da sociedade civil são elementos promissores para o fortalecimento do sistema educacional.

A inovação pedagógica, através do uso de tecnologias e metodologias ativas, e a valorização da gestão democrática nas escolas, se apresentam como estratégias eficazes para melhorar a qualidade do ensino e garantir que ele seja mais alinhado às necessidades contemporâneas dos estudantes. Além disso, o fortalecimento da formação e valorização dos profissionais da educação é crucial para garantir que as melhorias na qualidade de ensino sejam sustentáveis e eficazes.

Tema 4: Processo Histórico e Político de Constituição da Psicologia Escolar e Educacional como um Campo de Conhecimento e de Aplicação no Brasil

A Psicologia Escolar e Educacional, como um campo específico de conhecimento e de atuação profissional no Brasil, possui uma trajetória histórica e política fortemente ligada ao desenvolvimento da educação e às transformações sociais, econômicas e políticas do país. Sua constituição não se deu de forma linear, mas sim por meio de um processo complexo e multifacetado, marcado por influências teóricas diversas, demandas educacionais específicas, embates ideológicos e a luta pelo reconhecimento de sua relevância no contexto escolar e educacional mais amplo.

Compreender a gênese e a evolução desse campo é fundamental para analisar suas práticas atuais, identificar seus desafios e potencialidades e vislumbrar seu papel futuro na promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Neste ensaio, está proposto a exploração do processo histórico e político de constituição da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, desde seus primeiros passos até sua consolidação como uma área essencial para o desenvolvimento da educação, estruturando a discussão em torno de diferentes momentos e influências que moldaram sua identidade e atuação.

A Crítica ao Modelo Clínico e a Emergência de Novas Perspectivas

Os primeiros indícios da atuação profissional com conhecimentos psicológicos no campo educacional brasileiro remontam ao início do século XX, fortemente influenciados pelo movimento higienista. Nesse período, a preocupação central era com a saúde física e mental das crianças, vistas como futuros cidadãos da nação. A psicologia, então em seus primórdios no Brasil, era convocada a auxiliar na identificação e no tratamento de problemas de comportamento e de aprendizagem, com o intuito de garantir a ordem e a disciplina nas escolas e de promover o desenvolvimento de indivíduos considerados “normais” e “adaptados”.

A atuação incipiente da Psicologia nesse contexto estava muitas vezes ligada à aplicação de testes psicométricos, importados da Europa e dos Estados Unidos, com o objetivo de classificar e diagnosticar os alunos, identificando aqueles que apresentavam “desvios” ou “dificuldades”. Essa abordagem, influenciada por uma perspectiva individualizante e medicalizante dos problemas escolares, tendia a focalizar as características intrínsecas do aluno como a causa das dificuldades, negligenciando os fatores contextuais e sociais que também influenciavam o processo de ensino-aprendizagem.

Com a expansão do sistema educacional brasileiro nas décadas de 1930 a 1960, impulsionada pelo processo de industrialização e urbanização, emergiram novas demandas e desafios para a escola. O aumento do número de alunos e a diversificação

do público escolar trouxeram à tona a complexidade dos problemas de aprendizagem e a necessidade de profissionais que pudessem auxiliar na compreensão e na intervenção nessas questões.

Ao longo desse período, a Psicologia Escolar começou a se delinear como um campo mais específico de atuação, buscando articular os conhecimentos psicológicos com as práticas pedagógicas. A influência de diferentes correntes teóricas da Psicologia, como a Psicanálise, o Behaviorismo e a Psicologia da Gestalt, começou a se fazer sentir no campo educacional, enriquecendo a compreensão dos processos de desenvolvimento, aprendizagem e comportamento.



Figura 9: Psicóloga escutando menina falar. Fonte: Envato.

A atuação do psicólogo escolar ainda estava predominantemente centrada no diagnóstico e na intervenção individualizada, visando identificar as causas das dificuldades de aprendizagem nos alunos e propor estratégias de remediação. No entanto, começava a surgir uma incipiente preocupação com a dimensão institucional e com a necessidade de uma atuação mais integrada com os professores e a equipe pedagógica. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um movimento de crítica ao modelo clínico e individualizante que tradicionalmente orientava a atuação da Psicologia Escolar.

Questionava-se a medicalização dos problemas escolares e a tendência de culpabilizar o aluno pelas suas dificuldades, negligenciando o papel do contexto escolar, das relações sociais e das práticas pedagógicas. No Brasil, a psicologia teve o início do seu desenvolvimento principalmente para atender demandas na educação. Problemas que surgiam em especial na formação de professores (Cruces, 2006) não seria uma área específica para abordagem em escolas.

Nesse período, novas perspectivas teóricas, como a Psicologia Sócio-histórica de Lev Semionovitch Vygotsky (1896 – 1934) e a Psicologia Institucional, começaram a influenciar o campo da Psicologia Escolar, deslocando o foco da análise do indivíduo isolado para a compreensão das interações sociais, das relações de poder e das

dinâmicas institucionais que permeiam o processo educativo. Vygotsky afirmava que o estudante aprende na relação com o outro, uma pessoa que está um passo à frente dele no conhecimento a ser adquirido.



Figura 10: Lev Semionovitch Vygotsky. Fonte: Wikimedia Commons.

De acordo com o autor, a aquisição do conhecimento é mediada em uma relação social que se desenvolve na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A atuação do psicólogo escolar passou a ser repensada, enfatizando a importância de uma abordagem mais preventiva e contextualizada, que envolvesse a análise das condições de ensino e aprendizagem, a colaboração com os professores e a equipe pedagógica, e a participação da família e da comunidade escolar.

A psicologia Escolar começava a se firmar como um campo de atuação que visava a transformação das práticas educativas e a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

A década de 1990 e o início do século XXI foram marcados pela consolidação da Psicologia Escolar e Educacional como uma área de conhecimento e de atuação profissional reconhecida no Brasil. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e a crescente preocupação com a democratização do acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino impulsionaram a demanda por profissionais da Psicologia nas escolas e em outros contextos educativos.

A Associação Brasileira de Psicologia Escolas e Educacional (ABRAPPE) descreve como ações que envolvem a prática do Psicólogo escolar como: “processos de ensino e aprendizagem, desenvolvimento humano, escolarização em todos os seus níveis, inclusão de pessoas com deficiências, políticas públicas em educação, gestão psicoeducacional em instituições, avaliação psicológica, história da psicologia escolar, formação continuada de professores, dentre outros” (ABRAPPE, s/d).

A Resolução nº 013/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) representou um marco importante para a regulamentação e a orientação da atuação do psicólogo escolar e educacional, definindo suas atribuições e competências, e reafirmando a importância de uma abordagem crítica e contextualizada dos fenômenos educativos.



Importante

RESOLUÇÃO CFP N.º 013/2007 - Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Ao longo desse período, a atuação do psicólogo escolar e educacional se diversificou, abrangendo desde a avaliação psicopedagógica e ao atendimento individualizado até a consultoria e a formação de professores, a participação na elaboração de projetos pedagógicos, a intervenção em situações de crise e violência, e a promoção da inclusão e da diversidade no ambiente escolar. A Psicologia Escolar e Educacional se afirmou como um campo essencial para a construção de uma escola mais humana, acolhedora e promotora do desenvolvimento integral dos estudantes.

No século XXI, a Psicologia Escolar e Educacional enfrenta novos e complexos desafios, decorrentes das transformações sociais, culturais e tecnológicas e políticas que impactam o sistema educativo. A crescente diversidade do público escolar, a intensificação do uso de tecnologias digitais, as questões relacionadas à saúde mental e ao bem-estar dos estudantes e dos profissionais da educação, e as demandas por uma educação mais inclusiva e equitativa exigem uma atuação cada vez mais qualificada e engajada dos psicólogos escolares e educacionais.

A pandemia de 2020, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, em particular, evidenciou a importância do suporte psicológico no contexto escolar, diante do impacto emocional e social do isolamento, das perdas e das incertezas vivenciadas pela comunidade educativa. A necessidade de promover a saúde mental, o acolhimento e o enfrentamento das dificuldades emocionais se tornaram ainda mais premente.

Atualmente, a Psicologia Escolar e Educacional no Brasil busca consolidar-se como um campo de atuação comprometido com a transformação das práticas educativas, a promoção da inclusão e da equidade, a valorização da diversidade, e a garantia do bem-estar e saúde mental de todos os membros da comunidade escolar. A atuação do psicólogo escolar e educacional se expande para além dos muros da escola, abrangendo outros contextos educativos, como ONGs, projetos sociais e políticas públicas educacionais.

Neste estudo, analisamos a trajetória da Psicologia Escolar no Brasil, que iniciou no início do século XX com sua atuação focada no diagnóstico e tratamento de problemas comportamentais e de aprendizagem dos alunos, com forte influência de um modelo clínico e individualizante. Durante esse período, a Psicologia foi majoritariamente

voltada para a identificação de “desvios” nos estudantes, sem considerar suficientemente os aspectos sociais e institucionais que influenciavam as dificuldades educacionais.

Com o passar das décadas de 1970 e 1980, surgiram críticas ao modelo clínico, dando origem a novas abordagens, como a Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky e a Psicologia Institucional, que passaram a enfocar a importância do contexto escolar, das relações sociais e das práticas pedagógicas. A atuação do psicólogo escolar começou a ser repensada para englobar uma abordagem mais preventiva e integrada, visando a transformação da escola e a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

Nos anos seguintes, com a consolidação da Psicologia Escolar nas décadas de 1990 e 2000, a área ampliou suas atribuições, incorporando não apenas a avaliação psicopedagógica, mas também a formação de professores, a promoção da inclusão e a intervenção em situações de crise. O papel do psicólogo escolar se expandiu para lidar com as novas demandas da sociedade e da escola, particularmente no que diz respeito ao aumento das diversidades no público escolar e à crescente importância da saúde mental. Portanto, a Psicologia Escolar continua sendo essencial para a construção de uma educação mais humana, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além da Sala de Aula

Na leitura indicada, o autor aborda o contexto histórico e social da década de 1980, momento em que o Brasil passou por um processo de abertura democrática e lutou pelo fim da ditadura, além de conhecer movimentos e organizações em prol de mudanças no cenário educacional, o que resultou em conferências, simpósios e congressos em todo o país que discutiram transformações no sistema de ensino e melhores condições profissionais.

Desse esforço, surgiu a formulação da Carta de Goiânia, que contribuiu significativamente para a elaboração da Constituição Federal de 1988. Em conclusão, ao longo do texto, o autor traz as principais correntes teóricas que foram tendências nessa etapa de redemocratização no Brasil.

Todos estes pontos são tratados por Lima (2018), por isso, faça a leitura das páginas 159 a 168, do livro **História da Educação**, disponível na Minha Biblioteca.

Lembre-se de que, para iniciar a leitura do livro sinalizado, é necessário fazer login no Ambiente Virtual de Aprendizagem e, em seguida, na Minha Biblioteca.

Título do livro/artigo: A Educação no Brasil e a Abertura Democrática

Páginas indicadas: 159 a 168

Referência: LIMA, C. C. N. A educação no Brasil e a abertura democrática *In*: RIBEIRO, M. E. dos S. *et al.* **História da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.



Acesse
aqui



Na leitura indicada, o autor aborda aspectos mais importantes da história da educação escolar no Brasil, percorrendo o período colonial até o final da ditadura militar. O texto busca estabelecer uma ligação entre cada período histórico e a legislação educacional em vigor.

Com o conhecimento da história percorrida até nossos dias, é possível compreender os resultados dos trabalhos no âmbito educacional brasileiro até o presente. Tendo em vista isso, essa leitura traz um aprofundamento nos marcos teóricos e legais da bagagem educacional que o Brasil construiu ao longo dos séculos.

Todos estes pontos são tratados por Ribeiro (1993), por isso, faça a leitura das páginas 15 a 30, do artigo **História da educação escolar no Brasil**: notas para uma reflexão.

Título do artigo: História da Educação Escolar no Brasil

Páginas indicadas: 15 a 30

Referência: RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, vol. 4, p. 15-30, Ribeirão Preto, 1993.



Acesse
aqui



Teoria na Prática

Desafios da Educação Inclusiva no Brasil

Neste estudo de caso, focaremos na Escola Municipal Esperança, localizada em um bairro periférico de uma grande cidade Brasileira, e nos desafios que enfrenta na implementação de uma política de educação inclusiva. A escola, que acolhe uma população diversificada de alunos, está empenhada em garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos, incluindo os alunos com deficiência.

O estudo de caso explora as complexidades da educação inclusiva no contexto brasileiro, examinando aspectos como a inadequação da infraestrutura, a falta de recursos pedagógicos, a formação insuficiente de professores e a resistência da comunidade escolar. Ao analisar as lutas e os esforços da escola para ultrapassar estes obstáculos, o estudo de caso procura fornecer conhecimentos do papel das políticas educativas, as contribuições da psicologia escolar e educacional, e as estratégias necessárias para promover uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil.

Considere a seguinte situação:

A Escola Municipal Esperança está localizada em um bairro de periferia de uma grande cidade Brasileira. A escola atende uma população diversificada, com alunos de diferentes níveis de socioeconômicos, origens étnico-raciais e necessidades educacionais. Nos últimos anos, a escola tem se esforçado para implementar uma política de educação

inclusiva, buscando garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.

No entanto, a escola enfrenta diversos desafios nesse processo. A infraestrutura física ainda não está totalmente adaptada, faltam recursos pedagógicos acessíveis e a formação dos professores em educação inclusiva é insuficiente. Ademais, a comunidade escolar, em alguns casos, demonstra resistência a inclusão, com relatos de preconceito e dificuldades de interação entre alunos com e sem deficiência.

A equipe gestora da escola, juntamente com alguns professores e membros da comunidade, tem buscado soluções para esses problemas. Eles participaram de formações, adaptaram o currículo em alguns casos e promoveram atividades de conscientização sobre a importância da inclusão. No entanto, o avanço tem sido lento e enfrenta obstáculos constantes.

Questionamentos para reflexão:

- Como a história da educação especial no Brasil se relaciona com os desafios de inclusão na Escola Esperança?
- Quais os principais limites e uma potencialidade das políticas de inclusão no contexto da escola citada no estudo de caso?
- Como a Psicologia Escolar e Educacional pode ajudar a Escola Esperança a lidar com as dificuldades de inclusão e preconceito?



Assista às videoaulas a seguir, que têm como objetivo reforçar os conteúdos abordados nesta unidade de maneira didática para embasar os conceitos e teorias trabalhados. Esperamos que contribuam significativamente para seu aprendizado e que a busca pelo conhecimento não se encerre neste percurso de aprendizagem.

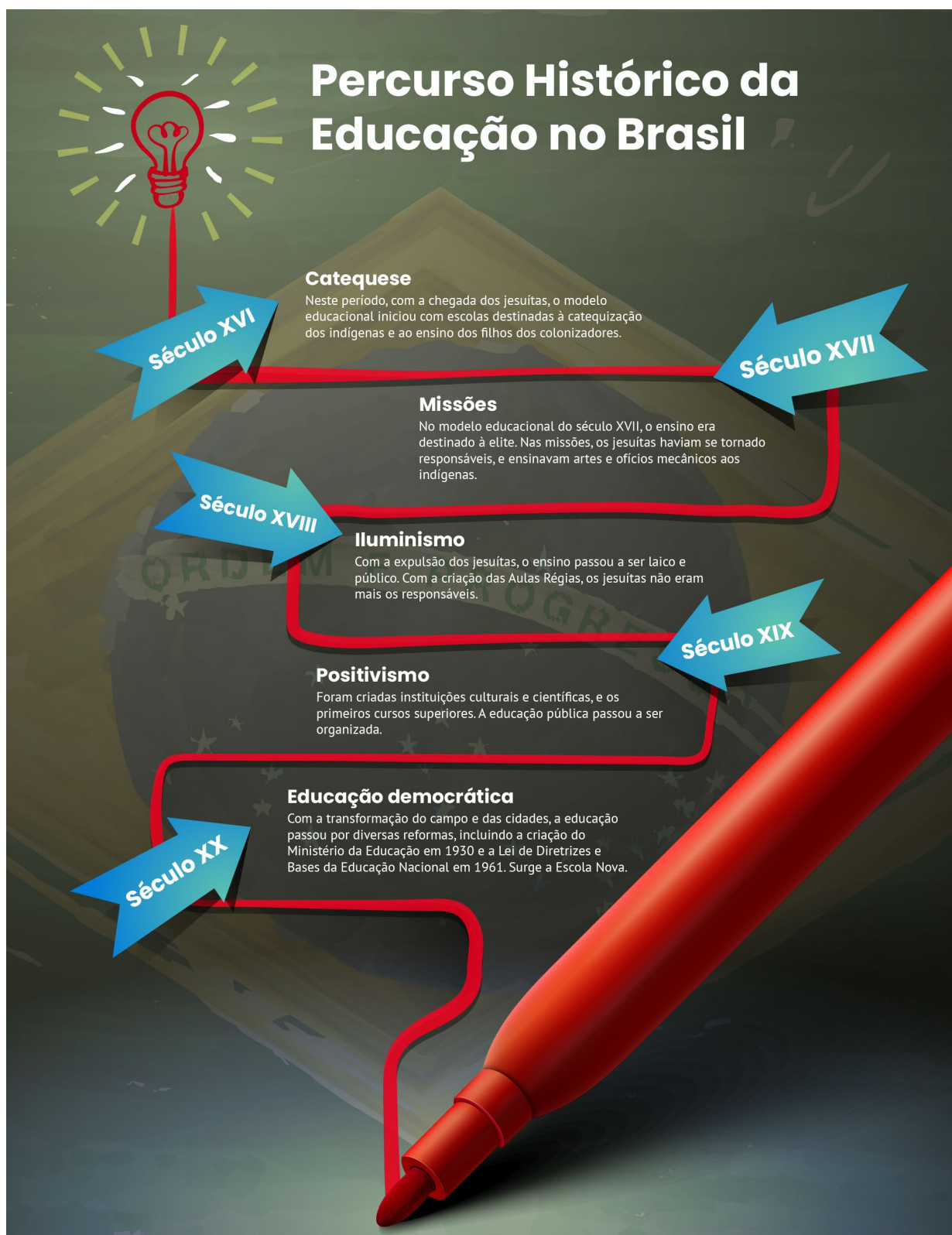


Acesse
aqui



Esse conteúdo está disponível em seu Percurso de Aprendizagem, no Ambiente Virtual. [Clique aqui](#) para fazer login e acesse a Sala de Aula na sua disciplina.

Neste infográfico, você verá o percurso histórico da educação no Brasil. Partindo do período colonial até o século XX, a educação Brasileira passou por diferentes modelos educacionais até chegar em uma educação democrática. No século XX, houve grandes reformas, como a criação do Ministério da Educação e da LDB. No século XXI, a educação continua evoluindo, com avanços na inclusão digital e no acesso ao ensino superior.





Direto ao Ponto

Nesta unidade, iniciamos explorando a complexa trajetória da constituição do campo educacional brasileiro, percorrendo os marcos históricos desde a colonização, com a forte influência jesuítica e a exclusão de grande parte da população, passando pelas tentativas de organização no Império e pela dualidade da República Velha. Analisamos como a centralização da Era Vargas e a expansão controlada da Ditadura Militar moldaram o sistema, culminando nos desafios e nas buscas por um novo modelo na redemocratização.

Essa análise histórica nos permitiu compreender as raízes das desigualdades e os legados que ainda impactam a educação Brasileira contemporânea. Em seguida, direcionamos nosso foco para os limites e as potencialidades das políticas educacionais Brasileiras, examinando os entraves estruturais, como a persistente desigualdade e o subfinanciamento, bem como os desafios conjunturais e pedagógicos que dificultam a melhoria da qualidade e da equidade.

Contudo, também exploramos as importantes potencialidades, como a expansão do acesso, o crescente engajamento da sociedade civil, o marco legal existente e o potencial de inovação e de políticas inclusivas, oferecendo uma visão equilibrada dos obstáculos e das oportunidades para o avanço da educação no país. Finalmente, mergulhamos no processo histórico e político de constituição da psicologia escolar e educacional, acompanhando sua evolução desde as primeiras influências higienistas.

Abordamos até sua consolidação como um campo essencial para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento no contexto educativo. Exploramos como diferentes correntes teóricas moldaram sua atuação e reconhecemos sua crescente importância para enfrentar desafios contemporâneos como a saúde mental, a inclusão e as dificuldades de aprendizagem, consolidando sua relevância para a construção de uma educação mais humana e eficaz.

Para sua autorreflexão:

- Reconheceu a gênese e a evolução do sistema educacional brasileiro?
- Identificou os principais desafios estruturais da educação brasileira?
- Analisou o potencial de políticas educacionais para a transformação?
- Reconheceu a contribuição da Psicologia Escolar e Educacional?



Referências

ABRAPPE. O psicólogo escolar. Disponível em: <https://abrapee.wordpress.com/sobre/o-psicologo-escolar/>. Acesso em 10 de mai. de 2025.

AGUIAR, W. M. J. de; BOCK, A. M. B. **Psicologia sócio-histórica e educação**: tecendo redes críticas e colaborativas na pesquisa. São Paulo: Cortez, 2020. *E-book*. ISBN 9786555550214. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555550214/>. Acesso em: 26 out. 2023.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em: 26 out. 2023.

ARANHA, M. L. A. de. **História da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos De Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393–402, jul./set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>. Acesso em: 26 out. 2023.

BOCK, A. M. B. Psicologia da educação: cumplicidade ideológica. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (orgs.). **Psicologia escolar**: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Financiamento da Educação Básica. Brasília, DF: MED, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorios-de-gestao-anos-anteriores/relatorio-de-gestao-2021/resultados-da-gestao-1/financiamento-da-educacao-basica> Acesso em: 10 mai. 2025.

CASSINS, A. M. *et al.* **Manual de psicologia escolar e educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificada, 2007. Disponível em: <https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

CASTRO, J. A. de. Financiamento da educação pública e a condição educacional no Brasil: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e286579, 2024. Campinas, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.286579>. Acesso em: 10 mai. 2025.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia da educação escolar. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2004. *E-book*. ISBN 9788536307770. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536307770/>. Acesso em: 26 out. 2023.

COLETTA, E. D. *et al.* **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2018. *E-book*. ISBN 9788595025059. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025059/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na educação básica. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

CRUCES, A. V. V. Psicologia e educação: nossa história e nossa realidade. *In*: ALMEIDA, S. F. C. (org.). **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional**. Campinas: Alínea, 2006.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Financiamento da educação básica. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorios-de-gestao-anos-anteriores/relatorio-de-gestao-2021/resultados-da-gestao-1/financiamento-da-educacao-basica>. Acesso em: 28 mai. 2025.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 24).

LIMA, C. C. N. A educação no Brasil e a abertura democrática *In*: RIBEIRO, M. E. dos S. *et al.* **História da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. *E-book*. ISBN 9788521637707. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637707/>. Acesso em: 25 out. 2023.

NEGRÃO, A. M. M. O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 154-157, maio 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200010>. Acesso em: 26 out. 2023.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 4, p. 15-30, 1993.